

Tecnologia propicia *mais eficiência* na construção civil

Je
Jornal do
Engenheiro

Aplicativos para cálculos e coleta de dados com qualidade, rapidez e segurança encontram-se disponíveis a engenheiros no canteiro de obras, os quais cada vez mais optam por utilizá-los.

Página 6



Deborah Mercina



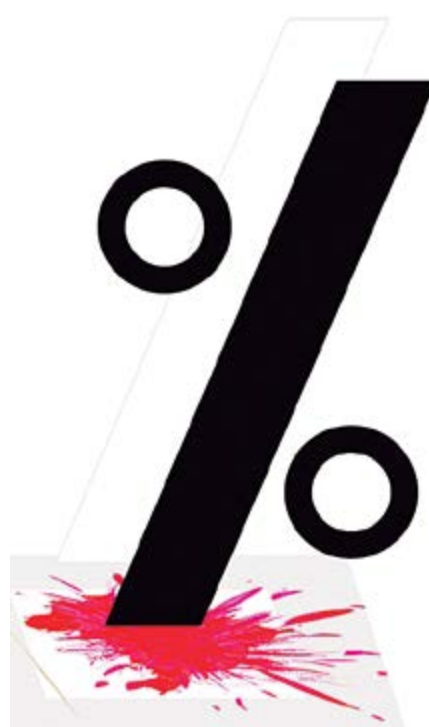
Menos juros, *mais desenvolvimento*

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

ENTRE AS LUTAS DAQUELES que defendem que seja feito esforço para que o Brasil não entre numa recessão grave, da qual será difícil achar a porta de saída, está o combate ao aumento dos juros no Brasil. Isso prejudica o crédito, o consumo e a produção e, portanto, pode trazer o pior de todos os males, que é o incremento do desemprego. No entanto, lamentavelmente, após um movimento virtuoso de redução, o governo voltou a promover a elevação da taxa Selic. Na sua reunião de 3 de junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) cravou nada menos que 13,75% ao ano, ignorando solenemente a manifestação promovida na véspera pelo movimento sindical na Avenida Paulista, em São Paulo.

Essa taxa de juros exorbitante deveria funcionar para impedir o aumento da inflação, conforme a justificativa oficial emitida pelo Banco Central. Todavia, como vimos observando, o remédio não tem sido eficaz para tratar a doença, tendo em vista que o custo de vida continua subindo, e só beneficia o rentismo, em detrimento do desenvolvimento socioeconômico e mesmo do esforço de ajuste fiscal pretendido pelo governo.

Em artigo publicado no *Estadão*, no dia 6 último, o economista Antonio Corrêa de Lacerda, também consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (www.crescebrasil.org.br), aponta essa incoerência, tendo em vista o aumento de gastos com a dívida pública. Em 2014, indica ele, foram R\$ 311 bilhões, o que corresponde a 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Neste ano, saltaremos para R\$ 400 bilhões. Como conclui o professor, “todo o esforço fiscal a ser obtido no âmbito das contas públicas primárias, com aumento de impostos e corte de gastos e investimentos, será insuficiente para arcar com o acréscimo do pagamento de juros”.



O equívoco dessa lógica também foi apontado, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 2 de junho, pelo empresário Benjamin Steinbruch: “(...) Tenho apenas a lamentar que uma terapia seguidamente ineficaz, ou que faz efeito bastante limitado, continue sendo aplicada como se fosse um elixir da juventude. Observe-se que os efei-

tos colaterais dessa terapia são enormes. Ela derrubou o PIB de uma taxa anualizada de quase 3% em meados de 2013 para -1,6% no trimestre passado.” Diante desse debate, a questão que fica é por qual razão o governo insiste em colocar em prática medidas que não só têm se mostrado inadequadas nesse período recente, mas que já foram testadas no passado e reprovadas. O naufrágio dos anos 1990 deveu-se, entre outros pontos, à opção por esse tipo de receita conservadora. Por outro lado, a retomada do crescimento aconteceu exatamente quando o Brasil passou a estimular o investimento e o crédito. Defensor do diálogo social, como tão bem foi demonstrado pela delegação brasileira participante da 104ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, Suíça, entre 1º e 13 de junho, o governo precisa começar a dar ouvidos nessa questão às vozes que defendem o interesse da maioria da população do Brasil, especialmente às dos trabalhadores. E esse clamor afirma, sem qualquer dúvida: menos juros, mais desenvolvimento.

Governo ignora clamor dos trabalhadores e do setor produtivo e insiste em política que se mostrou equivocada no passado e atualmente já trava o crescimento econômico nacional.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwlr5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotelito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 30 de junho de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



Garantir banda larga de qualidade *para todos*

Marcelo Knörich Zuffo, Carlos Saito, Celso Renato de Souza, Francisco Alvarenga e Marcondes de Oliveira Buarque

A CONVERGÊNCIA DA tecnologia de informação com as telecomunicações constitui, atualmente, uma poderosa ferramenta de comunicação global, integrada e interligada através da banda larga, que congrega voz, texto, dados e imagens. A reativação da Telebras tem como objetivo a gestão da banda larga pela União que garanta as metas da universalização, o controle tarifário, sua regulamentação e, acima de tudo, preservar e assegurar a integridade e o sigilo das comunicações, em oposição à lógica do mercado privado, de que todos os investimentos traduzam-se, unicamente, em resultados financeiros.

O espírito de competição, estabelecido quando das concessões de outorgas no processo de privatização, vai se arrefecendo, à medida que as alienações das empresas acontecem com a prevalência das operadoras de maior porte.

A banda larga tem um óbice quanto à dimensão territorial e às diferenças socioeconômicas dos municípios de menor poder econômico, que não garantem, tecnicamente, acessibilidade e utilização plenas dos serviços com baixo custo, sendo que hoje são praticadas as tarifas mais caras, mundialmente.

Nessas circunstâncias, certamente, as empresas privadas relutarão em investir sem garantia de lucro, cabendo então à Telebras uma mediação que torne viável a sua implementação.

O processo de privatização ocorreu em 1998 e já decorreram 16 anos, merecendo atenção e fiscalização de todos os investimentos em infraestrutura, considerando-se o fim da outorga e a conseqüente retomada e preservação de todo esse acervo por parte da União.

Falamos não apenas dos bens patrimoniais, como também da manutenção e da continuidade de funcionamento dos equi-



pamentos, em termos de *softwares* proprietários, os quais deverão fazer parte da transferência de tecnologia, e dos *hardwares* de várias nacionalidades que serão operados por mão de obra em curso, pela Anatel (*Agência Nacional de Telecomunicações*), que no dia 3 de janeiro de 2014 apresentou o centro de monitoramento de rede de telecomunicações, conhecimento das atualiza-

ções de protocolos e da compatibilidade de conectividade, com relação a todas as operadoras e provedores em atividade.

Como alternativa de recurso adicional de investimento, dispomos de subsídios provenientes do Fust (*Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações*), que atualmente, com impostos oriundos do Fistel e Funtel (*Fundos de Fiscalização das Telecomunicações e para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações*), integrantes da receita do superávit primário do governo, poderão ser direcionados para a implementação da banda larga, garantindo atendimento integral, em nível nacional, integração, sustentabilidade e inclusão social e digital da população brasileira.

O SEESP tem se empenhado nesse sentido, através da adesão ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), ao “Brasil Inteligente”, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), que objetiva até 2022 assegurar internet pública, contando também com o auxílio do Conselho Assessor de TI e Telecomunicações do Conselho Tecnológico do sindicato, cabendo-nos o papel de fiscalização desse processo, através das parcerias, em fase de concretização, entre o Crea-SP (*Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo*), a Anatel e a Telebras.

Marcelo Knörich Zuffo, professor-doutor da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Saito, Celso Renato de Souza, Francisco Alvarenga e Marcondes de Oliveira Buarque são membros do Conselho Assessor de TI e Telecomunicações do Conselho Tecnológico do SEESP

DINHEIRO CURTO,
DÍVIDAS, DESEMPREGO,
INSEGURANÇA...



Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651 – (11) 3284-9880





Cresce mercado de aplicativos para engenharia civil

Deborah Moreira

COM A EVOLUÇÃO DOS *smartphones* e *tablets*, existem aplicativos para tudo e para todos a um clique de distância. Na engenharia civil há desde opções gratuitas e versões de bolso de programas conhecidos, como AutoCAD, até os mais complexos, feitos exclusivamente para empresas, de técnicas construtivas a sistemas de gestão de projetos. De acordo com levantamento feito em 2014 pela AppFigure – plataforma que reúne e analisa todos os dados de aplicativos existentes – o número para sistema Android cresceu 50% no ano passado.

Diante desses recursos, educação voltada à inovação é fundamental para melhor eficiência e produtividade nas obras.

Os chamados *apps* são basicamente programas de computador que têm por objetivo ajudar o usuário a desempenhar uma tarefa específica, em geral ligada a processamento de dados. Estudo sobre o mercado brasileiro, produzido pela International Data Corporation, encomendado pela Associação Brasileira das Empresas de *Software* (Abes), aponta que o Brasil está em primeiro lugar no *ranking* de investimentos no setor de tecnologia da informação (TI) na América Latina, com 46% desse mercado que, em 2014, somou US\$ 128 bilhões. Os *softwares* atingiram faturamento de US\$ 11,2 bilhões, sem contar as exportações.

Somado a isso, cresceu a venda dos aparelhos. Segundo levantamento feito no ano passado pela Fundação Getúlio Vargas, o País conta com 306 milhões de dispositivos conectados à internet, dos quais 154 milhões são *smartphones*. Em 2015, as vendas (incluindo *tablets*) crescerão 8%.

O professor Edwin Cardoza, doutor em Engenharia de Produção e especialista em

Engenharia de Segurança do Trabalho, está de olho nesse nicho desde 2012. Com mais de dez anos de experiência em projetos de pesquisa e inovação, ele coordena a Startups IG Tech Sistemas, da Universidade Estadual de Maringá (PR), que desenvolveu o aplicativo Moblean. Trata-se de um sistema desenvolvido para monitorar os requisitos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) diretamente do canteiro de obras, disponível na Play Store, em versão gratuita, e no *site* em versão paga. “Analisando o trabalho no canteiro de obras, me dei conta que ainda é tudo muito artesanal, feito com planilhas, em Excel”, conta o engenheiro.

Mais segurança e agilidade

Foi para agilizar os processos, fazer a coleta de dados com qualidade e rapidez e segurança que surgiu o aplicativo, que acabou focando na segurança do trabalho. Atualmente, com o *app*, é possível ter a dimensão real das necessidades. “À medida que o canteiro de obras vai se transformando, cada etapa se torna um processo e cada processo demanda itens, EPIs (*equipamentos de proteção individual*) que você tem que monitorar”, explica o professor.

Além disso, ele dá o tempo de execução, as sinalizações no canteiro, a necessidade de uso de máquinas e equipamentos específicos. E, em cada etapa, aponta três situações: verde para o que está correto, amarelo para o que ainda está insuficiente e vermelho para uma situação de risco de acidente. Outra possibilidade é a geração de relatórios, após a coleta dos dados, em campo, que são enviados para um sistema, além da estimativa de multa para determinada situação. O perfil da clientela são companhias que possuem certificados como ISO por estarem mais preocupadas em cumprir os protocolos. Ele lembra que a partir de 2016, com o *Esocial*, todos os empregadores terão que padronizar o envio de informações de seus empregados, o que provocará uma busca maior por aplicativos para esse fim. Uma das grandes queixas entre os desenvolvedores e consumidores dos produtos, entretanto, é a falta de univer-

salização da banda larga, o que limita a possibilidade de uso dos *apps*.

Para dinamizar a relação com seus clientes, a SH Soluções, empresa de locação de fôrmas, andaimes e escoramentos, buscou uma desenvolvedora que criou o e-RV para confecção de relatórios de visitas a distância. “Tivemos muito problema com o cumprimento de prazos. Agora, com o aplicativo, melhorou muito o fluxo de informação. É possível até anexar fotos para mostrar ao cliente, em tempo real”, diz o engenheiro Leonardo Cardoso, da SH, que investiu até hoje R\$ 70 mil no aplicativo. Cardoso continua: “Agora, o técnico vai ao canteiro com as mãos livres, só com o *smartphone*.”

O professor Marcelo Barroso, coordenador da graduação em Engenharia de Inovação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), aponta que “esses recursos geralmente são oferecidos em módulos e favorecem o uso de *smartphones* e *tablets* por profissionais que estão nas obras, permitindo o controle da produtividade, perdas e materiais utilizados, melhor eficiência e a sustentabilidade dos empreendimentos”. Ele ressalta que é preciso vencer preconceitos e velhas fórmulas na formação: “Deve-se forçar, cada vez mais, mudanças na maneira de se educar em engenharia, preparar-se para o mercado, com presença crescente de inovações.”

Para o engenheiro civil Esdras Magalhães dos Santos Filho, diretor do SEESP, os aplicativos vieram para ficar. “Até bem pouco tempo eu não utilizava *software* para fazer cálculos. Agora, descobri um que superou qualquer expectativa. Nada supera a *expertise*, a experiência adquirida do engenheiro, mas quando precisar fazer um grande empreendimento, vou incluí-lo no orçamento para ganhar tempo e agilidade”, ressalta, referindo-se ao Volare 17, que permite a montagem de orçamentos a partir de composições de custo e insumos previamente cadastrados nas bases de dados do próprio *software*. De acordo com a Pini, que desenvolve o produto, até o final de agosto estará disponível uma versão simplificada do aplicativo, que será utilizada 100% online, diretamente no navegador.



Deborah Moreira

Aplicativo monitora requisitos necessários à segurança do trabalho diretamente do canteiro de obras.

PELA APROVAÇÃO DA FÓRMULA 85/95

Rosângela Ribeiro Gil

À MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 664, de 2014, que faz parte do ajuste fiscal, foi pensada uma emenda, de autoria do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que estabelece a fórmula 85/95 como alternativa ao fator previdenciário – este último, um redutor das aposentadorias. Apesar de se posicionar contra o ajuste fiscal proposto, a expectativa do movimento sindical é que a presidente Dilma Rousseff sancione tal emenda.

O prazo final para tanto terminaria, segundo o diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, no dia 18 de junho próximo. O secretário-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes, avalia que o veto traria ainda mais desgaste à mandatária do País e frustraria os trabalhadores. “Esperamos que ela não faça isso, mas caso isso ocorra, vamos pressionar o Congresso Nacional a derrubar o veto”, defende.

O texto aprovado pelo Congresso Nacional – nos dias 13 e 27 de maio, na Câmara e no Senado –, esclarece Toninho, não extingue o fator previdenciário – um cálculo matemático, instituído pela Lei 9.876/99, aplicado às aposentadorias por tempo de contribuição e com quatro variáveis: idade, tempo e percentual de contribuição, bem como expectativa de vida do trabalhador no momento da aposentadoria, tomando como base o indicador médio contido na tabela de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculada anualmente. Tal sistema tem significado a redução em mais de 30% dos benefícios previdenciários para os homens e de 35% para as mulheres. Ele explica que a emenda do parlamentar petebista, baseada em projeto de lei de 2009 do ex-deputado federal Pepe Vargas (PT-RS), dá ao empregado que começou a trabalhar mais cedo uma alternativa, permitindo que faça a opção entre a regra do fator e a fórmula 85, para a mulher, e 95, para o homem. Esta última consiste na soma do tempo de contribuição com a idade do segurado, que terá de comprovar, no

mínimo, 30 anos de contribuição, se mulher, ou 35, se homem.

A coordenadora executiva do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Patrícia Pelatieri, não tem dúvida quanto à necessidade de mudar o atual sistema de cálculo dos proventos de milhões de brasileiros. “O fator previdenciário penaliza, principalmente, quem começou a trabalhar cedo e as mulheres”, ressalta, dando o exemplo de uma segurada com 50 anos de idade e 35 de contribuição que, pelo modelo em vigor, receberia em torno de 65% do que ela teria direito. Pela fórmula aprovada no Congresso, o benefício seria de 100%. Desde que foi implantado, o fator já atingiu 2.738.478 trabalhadores, dos quais 67% são homens e 33%, mulheres, de acordo com nota técnica do Dieese, lançada em 2013 (leia em <http://goo.gl/CraOvk>).



Patrícia Pelatieri, coordenadora executiva do Dieese: a nova sistemática permitiria ao trabalhador planejar seu futuro.


Pelatieri destaca outro ponto favorável à fórmula 85/95: permitir ao trabalhador se organizar e planejar seu futuro. “É um cálculo simples de se fazer, pois é o somatório da idade com o tempo de contribuição, e com a certeza de que vai se aposentar com o benefício integral”, observa.

Grupo de estudo

Por determinação da presidente Dilma, foi criada, em 25 de maio, uma comissão técnica de nível ministerial para discutir a sustentabilidade da Previdência Social no Brasil, incluindo a definição de alternativas ao fator previdenciário. O grupo é composto pelos ministros da Casa Civil (Aloizio Mercadante), da Secretaria-Geral da Presidência da República (Miguel Rosseto), da Previdência Social (Carlos Gabas), da Fazenda (Joaquim Levy), do Planejamento (Nelson Barbosa) e das Comunicações (Ricardo Berzoini). Gomes lamenta que as centrais sindicais não tenham sido convidadas a participar dessas discussões, por isso, acredita, “boa coisa não deve vir”. Ele critica, ainda, o argumento do governo de que o fim do fator previdenciário prejudicará o sistema. “A Previdência Social é superavitária, o problema é que o dinheiro é utilizado para outras coisas, e aí dão a desculpa de que ela é deficitária.”

A assessoria de comunicação do Ministério da Previdência Social informou ao **Jornal do Engenheiro** que não poderia falar sobre o que a comissão estava discutindo, indicando, apenas, que os trabalhos estariam sendo finalizados. Para Toninho, a tendência do governo é sugerir umas das duas simulações com as quais trabalha desde 2012: a adoção da fórmula 89/97 ou da 100/105, que aumentariam o tempo de contribuição do segurado em relação à fórmula 85/95. “No primeiro caso, em dois anos para a mulher e em um ano para o homem. No segundo, em 7,5 anos e cinco anos.” Ele esclarece, ainda, que a fórmula seria alterada periodicamente conforme o aumento da expectativa de vida.

Centrais vão pressionar Congresso Nacional caso a presidente Dilma veto emenda, garante dirigente da CTB.



**RECONHECIMENTO NÃO É TER
MAIS TEMPO PARA FAZER SEU TRABALHO.
É TER MAIS TEMPO PARA VOCÊ.**

REFERÊNCIA PARA SUA CARREIRA.
REFERÊNCIA PARA SUA VIDA.

Cursos de MBA em:

Comércio Exterior, Negócios Imobiliários, Gestão Ambiental, Petróleo e Gás, Projetos, Gestão de Serviços, Tecnologia da Informação, Gestão Empresarial, Finanças, Gestão de Pessoas, Logística e Marketing.



CONVENIADA

MBA  **FGV**

REFERÊNCIA PARA SUA CARREIRA. REFERÊNCIA PARA SUA VIDA.

Alphaville | Osasco | Santo André | Santos | São Caetano do Sul

strong.com.br/fgv

Como está a área de telecomunicações no País

De olho no mercado



O ENGENHEIRO e consultor Marcius Vitale é dono de um vasto currículo em telecomunicações. Atuou como gestor e diretor em empresas do Sistema Telebras, nos segmentos de planejamento, projetos, implantação, operação, manutenção, equipamentos e sistemas. Nesta entrevista ao **Jornal do Engenheiro**, ele dá algumas dicas sobre o setor e como o profissional deve se preparar para alcançar destaque e consolidar carreira.

Quais são os segmentos em alta na área de telecomunicações?

Com a evolução de sistemas integrados e que devem se comunicar, novas especializações são sempre requisitadas ao profissional que os mantém, planeja, projeta, implanta e opera. Alguns setores estão em alta e demandam mão de obra capacitada. São eles: transmissão, *backbones* com cabos ópticos, DWDM (*Dense Wavelength Division Multiplexing*, na sigla em inglês, que

significa multiplexação densa por comprimento de onda), transferência de dados, 3G, 4G, redes IP etc..

Quais as habilidades necessárias a esse profissional?

Além de exigências técnicas e proficiência em uma língua estrangeira – saber inglês é condição *sine qua non* –, também é mister que o profissional seja multitarefa, com conhecimento em várias tecnologias. Fazer mais com menos é uma premissa que deve ser perseguida

por todos da área, otimizando a produtividade, diminuindo custos e agindo sempre sob a ética da preservação de sua identidade profissional, da sociedade e do meio ambiente.

Como está o mercado de trabalho atualmente no País?

Está fraco, em função da falta de investimentos no setor. Por outro lado, creio que muito deverá ser feito para corrigir as falhas detectadas no que está implantado. Como exemplo, cito a situação precária das nossas redes de cabos ópticos e metálicos instalados em todo o País, assim como as péssimas condições de nossa infraestrutura subterrânea, construída sem nenhum planejamento conjunto entre as empresas que exploram serviços públicos, o que tem ocasionado problemas e elevadíssimos custos para a manutenção das tais redes.



Vitale acredita que setor de telecomunicações ganhe novo impulso no País para corrigir falhas em sistemas implantados.

Opinião

Para sair da estagnação profissional

Mariles Carvalho

Sensação de inércia, paralisação do aprendizado ou desenvolvimento, a estagnação profissional pode ocorrer em qualquer momento da carreira. Essa sensação vem acompanhada de desmotivação ou mal-estar e pode parecer que o profissional saiu dos trilhos.

Pesquisa realizada pela Michael Page, consultoria em recursos humanos, aponta que um dos principais motivos de demissões no Brasil é a estagnação na carreira (de 15% a 17%), seguida de insatisfação salarial, nova oportunidade no mercado ou pouca qualidade de vida no trabalho. A estagnação pode ter três frentes principais: financeira (falta de aumento real no salário e benefícios), aprendizado (rotina e cargo não mudam há muito tempo, sem apoio para inovar) e desenvolvimento (sem objetivos nítidos de onde se quer chegar na carreira). Entender os motivos que levaram a essa situação é importante, assim como estabelecer novos objetivos e metas para a carreira.

A área de Oportunidades do sindicato oferece atendimento personalizado aos estudantes e profissionais da engenharia. Entre em contato com nossa equipe.

Mariles Carvalho é psicóloga e coordenadora do setor de Oportunidades e Desenvolvimento do SEESP

Contatos: emprego@seesp.org.br, oportunidades2@seesp.org.br e oportunidades@seesp.org.br e telefones (11) 3113-2666/2669/2674.

Qualificação



PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENERGIA

Terá início em agosto próximo o curso de pós-graduação em eficiência energética e conservação de energia, parceria entre o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo SEESP, e a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. A iniciativa baseia-se no European Energy Manager (Eurem), treinamento padronizado de educação continuada, com carga total de 360 horas e certificado reconhecido pela União Euro-

peia. O curso destina-se a profissionais que atuam e têm interesse na área de produção, distribuição, controle, conservação e consumo de energia elétrica. O valor é de 18 parcelas de R\$ 1.250,00, com desconto de 10%, estendidos a entidades parceiras e aos profissionais das empresas associadas à Câmara Brasil-Alemanha. Mais informações pelo telefone (11) 3254-6874, e-mail pos@isitec.edu.br ou em <http://goo.gl/e8GYI2>.

As lições da crise hídrica

Com o objetivo de apresentar diagnóstico sobre a crise hídrica, o caminho correto para enfrentar essa dificuldade e prevenir outros problemas relacionados à água, curso sobre o tema acontece no dia 25 de junho próximo, das 18h30 às 22h30. Destina-se, além de outros profissionais, a engenheiros agrônomos, florestais, biólogos e técnicos da área de gestão ambiental. A atividade estará a cargo do consultor Carlos Williams Carrion, mestre e engenheiro civil pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (Eesc/USP). Sócios do SEESP pagam R\$ 200,00; demais, R\$ 259,00. Inscrições em <http://goo.gl/GIVJdQ>.





Em campanha salarial, profissionais da Prefeitura doam sangue



Fotos: Beatriz Arruda

Engenheiros e arquitetos doam sangue em hemocentro do Hospital São Paulo, na Capital.

Cerca de 100 engenheiros e arquitetos da Prefeitura Municipal de São Paulo caminharam até o hemocentro do Hospital São Paulo, a partir da estação de metrô Santa Cruz, para realizar um gesto de cidadania: doar sangue. A ação ocorreu em 12 de junho. Além de beneficiar a sociedade, faz parte da campanha salarial das duas categorias pela valorização profissional na administração local. O presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, de Genebra (Suíça), em conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), parabenizou a iniciativa.

Acordos aprovados

Sabesp – No dia 8 de junho, assembleia da categoria aprovou a proposta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP) – 2ª Região, após a concordância da empresa com os termos do acordo, na audiência de 3 do mesmo mês referente ao dissídio coletivo de greve. Os engenheiros deliberaram pela aprovação do Acordo Coletivo 2015, que inclui reajuste salarial de 8,29% retroativo à data-base de 1º de maio, correspondente ao IPC-Fipe mais 1% de aumento real, extensivo aos demais benefícios, com exceção dos vales-refeição e alimentação que serão majorados em 10%, manutenção de garantia de empregos para 98% do quadro e dos demais itens preexistentes.



Audiência no TRT em 1º de junho resultou em proposta aprovada pela categoria na assembleia realizada no mesmo dia, na sede do SEESP, em São Paulo.

Metrô – Em assembleia ocorrida no SEESP, no dia 1º de junho, os engenheiros que trabalham no Metrô aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho 2015. Destacam-se: reajuste salarial de 8,29% retroativo à data-base de 1º de maio, relativo ao IPC-Fipe mais 1% de aumento real, extensivo aos demais benefícios de caráter econômico, com exceção dos vales-refeição e alimentação que terão 10% de reposição (este último com cota extra no 13º salário), Pagamento até 28 de fevereiro de 2016 de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em parcela única correspondente a até um salário-base, acrescido da gratificação de função, quando aplicável – base de dezembro de 2015 –, vinculado ao cumprimento de metas. Estão mantidos os demais itens anteriores.

21ª Semana de Tecnologia Metroferroviária

Com apoio institucional do SEESP, a Semana de Tecnologia Metroferroviária ocorrerá neste ano entre 9 e 11 de setembro, no Centro de Convenções Frei Caneca (Rua Frei Caneca, 569, Consolação, Capital). Em sua 21ª edição, o já tradicional evento realizado pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Metrô de São Paulo (Aeamesp) terá como eixo estruturador de sua grade de programação o tema “Avanço das redes: necessidade urgente”. Tal remete à importância da permanente expansão das redes metroviárias e ferroviárias, investimentos fundamentais para garantir o desenvolvimento equilibrado do País. Mais informações pelo telefone (11) 3812-4845 ou no site <http://goo.gl/jTDmNp>.

Consulta pública sobre inversores para sistema fotovoltaico

Após publicação da matéria “Instalar painéis fotovoltaicos é opção ao consumidor gerar sua própria energia” (JE 474), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) disponibilizou, em consulta pública, até o dia 18 de junho, a Portaria 240/2015 que propõe o aperfeiçoamento da Avaliação da Conformidade para Sistemas e Equipamentos para Energia Fotovoltaica, incluindo inversor, módulo e controlador de carga. A reportagem constatou dificuldade para o consumidor conectar seu sistema gerador de energia com

as redes locais de distribuição, que alegavam falta de certificação no equipamento. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) orientou, em ofício enviado em 23 de março, as distribuidoras a aceitarem os certificados (nacionais ou internacionais) ou declaração do fabricante, apresentados pelos consumidores.

Outra portaria (271/2015) publicada prorroga o prazo, até 1º de março de 2016, para que fabricantes e importadores de inversores para sistemas conectados à rede se adequem às regras do Programa Brasileiro de Etiquetagem.

Taubaté realiza palestra

A Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté promove no dia 23 de junho a palestra “Fundos de filtros para ETAs e tratamento de ETEs”, em sua sede, na Rua Venezuela, 271. Trata-se de uma explanação sobre equipamentos para estações de tratamento de águas e esgotos. Mais informações pelo telefone (12) 3633-5411.

Cetesb – Greve iniciada à meia-noite de 10 de junho foi encerrada em assembleia no dia seguinte, quando os engenheiros aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho 2015. Destacam-se, entre as conquistas: reajuste salarial de 8,29%, retroativo à data-base de 1º de maio, referente ao IPC-Fipe mais 1% de aumento real, extensivo aos demais benefícios, com exceção dos vales-refeição e alimentação que serão majorados em 10% (este último será pago também no 13º salário, a título de vale cesta de Natal). Os demais itens preexistentes foram mantidos.

CPTM – Os engenheiros que trabalham na CPTM

decidiram em assembleia no dia 11 de junho pela aprovação da proposta apresentada pela empresa na quarta Audiência de Instrução e Conciliação do Dissídio de Greve, no mesmo dia, no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT/SP) – 2ª Região. Assim, suspenderam a greve agendada para dia 15. Entre outros itens, foi aprovado reajuste linear de 8,25% (IPC-Fipe mais 1,5% de aumento real), retroativo à data-base de 1º de março, sobre os salários e demais benefícios de caráter econômico. Os indicadores do Programa de Participação nos Resultados (PPR) ainda estão em discussão.